

CENTRALIDADE E CONVERGÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11952>

Recebido em: 17/1/2021

Aceito em: 22/11/2021

Laudelina Alves Ribeiro¹, Jandir Ferrera de Lima²

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM), utilizando como parâmetro o crescimento econômico urbano e o desenvolvimento socioeconômico municipal no período de 2005 e 2016. A metodologia utilizada foi a estimativa dos indicadores de Centralidade e Disparidade Regional para verificar a convergência do desenvolvimento socioeconômico intra e inter-regional. Os resultados mostraram que os municípios com bom desempenho socioeconômico possuem atividades econômicas voltadas à agropecuária, indústria e/ou serviços de forma mais intensiva. Na sua totalidade, a Mesorregião é dinâmica, mas com uma significativa polarização regional. Os municípios com baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico necessitam de políticas públicas focalizadas no potencial endógeno.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; economia regional; crescimento econômico urbano; desenvolvimento socioeconômico.

CENTRALITY AND CONVERGENCE IN MUNICIPAL DEVELOPMENT IN THE GREAT MERCOSUR BORDER MESOREGION

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the socioeconomic development of the municipalities that make up the Great Mercosur Border Differentiated Mesoregion (GFM), using urban economic growth and municipal socioeconomic development as a parameter, from 2005 and 2016. The methodology used was the estimation of the Centrality and Regional Disparity indicators to verify the convergence of intra and inter-regional socioeconomic development. The results indicated that municipalities with good socioeconomic performance have economic activities aimed at agriculture, industry and/or services more intensively. In its entirety, the Mesoregion is dynamic, but with a significant regional polarization. Municipalities with low socioeconomic development indicators need public policies focused on endogenous potential.

Keywords: regional development; regional economy; urban economic growth; socioeconomic development.

¹ Autora correspondente: Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. R. da Faculdade, 645 – Jardim La Salle, Toledo/PR, Brasil. CEP 85903-000. <http://lattes.cnpq.br/2801631690279411>. <https://orcid.org/0000-0001-7490-8095>. laudelinaribeiro@outlook.com

² Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/8590492041554583>. <http://orcid.org/0000-0002-0359-0670>

INTRODUÇÃO

No início do século 21 foi criado o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) por meio do Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Esse programa instituiu 13 Mesorregiões Diferenciadas que fazem parte do foco de atuação do Promeso (SDR, 2012). São elas: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Xingó, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Águas Emendadas, Grande Fronteira do Mercosul, Metade Sul do Rio Grande do Sul e Seridó (SPR, 2007). As Mesorregiões Diferenciadas são áreas que contemplam um ou mais Estados da federação brasileira, possuindo características em comum, como o baixo grau de desenvolvimento socioeconômico ou estagnação. Desse modo, o Promeso buscou fortalecer o desenvolvimento socioeconômico por meio da autonomia, da sustentabilidade, da organização social e do fortalecimento do potencial endógeno da base produtiva regional (MI, 2007).

Dentre as Mesorregiões Diferenciadas identificadas, este estudo focaliza a Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM). Ela situa-se na Região Sul do Brasil e é composta por 396 municípios, distribuídos pelos Estados do Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Esses municípios surgiram da expansão da colonização, iniciando no Norte rio-grandense seguindo ao Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. Por isso, uma parcela da Mesorregião localiza-se na faixa de fronteira. A sua estrutura produtiva é baseada na agricultura familiar e na agroindústria (FERRERA DE LIMA *et al.*, 2012; CARGNIN, 2014; TREVISOL, 2015).

Diante desse contexto tem-se o seguinte questionamento: Qual a dinâmica do crescimento econômico urbano e do desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada GFM? Por meio dessa indagação, o objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada GFM, utilizando como parâmetro o crescimento econômico urbano e o desenvolvimento socioeconômico municipal no período de 2005 e 2016³.

Esse período foi escolhido porque marca a época de atuação do Promeso e uma fase de crescimento econômico brasileiro, em parte impulsionada pela valorização dos produtos agropecuários. Destaca-se que o desenvolvimento socioeconômico busca mensurar a qualidade de vida das pessoas, sendo averiguado neste trabalho por meio das variáveis de economia (emprego e renda) e desenvolvimento humano (educação e saúde).

Com este estudo almeja-se contribuir com o conhecimento sobre o desenvolvimento regional da Mesorregião Diferenciada GFM, auxiliando as lideranças locais a compreender as características da região, as suas oportunidades e desafios, que podem contribuir em suas tomadas de decisão. Na esfera governamental também auxiliará na criação de políticas públicas adequadas à realidade da região.

³ Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pela Fundação Araucária (FAAP-PR), por meio de Edital Universal e Institucional, respectivamente.

Por fim, além desta introdução, o trabalho apresenta mais quatro seções. A segunda seção exhibe a dinâmica do desenvolvimento regional, a terceira aponta a área de estudo e fonte de dados e, posteriormente, são analisados os resultados e discussões, seguido das considerações finais e referências bibliográficas consultadas.

DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O espaço regional decorre de ações que envolvem grupos, ideologias, transformações locais das atividades produtivas e assentamentos humanos. O espaço não é neutro em relação às mudanças e à proliferação das atividades produtivas, exibindo as aglomerações, que são um conjunto de relações econômicas, sociais e centros de decisões. As aglomerações que fortalecem sua atratividade exercem o domínio das outras aglomerações no seu entorno. Elas tornam-se centrais ou polos de crescimento econômico. A polarização ou centralidade ocorre pelo fortalecimento de unidades motrizes, que são atividades produtivas urbanas que impulsionam outras atividades produtivas. Conseqüentemente, isso aumenta a aglomeração urbana por meio de atrativos, como a geração de emprego, a oferta de bens e serviços especializados e da qualidade de vida (FERRERA DE LIMA, 2016; STAMM; FERRERA DE LIMA; SANTOS, 2017).

Em relação aos polos, o polo de crescimento não apresenta modificações significativas nas estruturas regionais, enquanto os polos de desenvolvimento causam modificações estruturais, contemplando o seu entorno. A polarização de desenvolvimento melhora a qualidade de vida e o mercado das regiões periféricas, expandindo o emprego para além dos limites do aglomerado urbano polarizador. Nos polos de crescimento, entretanto, há o fortalecimento da concentração das atividades produtivas, aumentando os efeitos pendulares sem espraiamento do mercado, dado que a expansão do mercado de trabalho fica centralizada (RIPPEL, 2016a; STAMM; FERRERA DE LIMA; SANTOS, 2017).

A divisão internacional do trabalho fixou a existência dos centros dominantes e da periferia, sendo esta última, em geral, exportadora de bens primários. Os polos dominantes desfrutam de serviços mais sofisticados, como Ensino Superior, comércio de luxo, dentre outros. Como ambos os espaços (periferia e polo) apresentam aspectos diferentes de estrutura produtiva, ocorre interação entre eles no processo de crescimento, no entanto, se o crescimento de uma região auxiliar o crescimento de outras, as diferenças existentes podem ser homogeneizadas. Se, todavia, uma região tender ao progresso e a outra continuar no atraso, acentua-se, então, a tendência de aumento nas disparidades. Por isso, o ideal é a convergência em termos de desenvolvimento socioeconômico tanto intra quanto inter-regional (SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014; ALVES *et al.*, 2007).

As forças espaciais refletem a dinâmica existente entre o polo e a sua periferia, podendo efetuar um efeito de atração (centrípetas) ou de dispersão (centrífugas). Essas forças influenciam as estruturas produtivas e sociais, como também o desenvolvimento econômico desigual, o que evidencia as relações existentes no âmbito de um polo dominante e sua periferia. As forças centrífugas e centrípetas atraem e dispersam a população, posto que as forças centrífugas têm o objetivo de impulsionar a dispersão das atividades econômicas, enquanto as forças centrípetas atraem e centralizam mais o aglomerado urbano (FERRERA DE LIMA, 2016; RIPPEL, 2016b).

Forças de dispersão estimulam a homogeneidade, ou seja, a convergência dos centros mais pobres com a renda e o desenvolvimento dos centros mais ricos ou polos. A convergência na distribuição de renda e mesmo desenvolvimento socioeconômico é resultante do crescimento econômico, que, em alguns casos, é decorrente exclusivamente do mercado e, em outros, da promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional. Pela ótica da concepção de divergência e hierarquia dos espaços, ou seja, mais do que diferenciais de renda, desenvolvimento e perfil produtivo, contudo, as desigualdades regionais definem a organização e a centralidade do espaço regional (LIMA, 2006).

Sendo assim, há a existência de divergência e hierarquia dos espaços, informando que as relações entre os espaços geram os hiatos, nos quais faz parte a teoria do dualismo, que está associada ao setor moderno/setor tradicional. A teoria da centralidade, que se vincula ao peso relativo populacional e/ou potencial econômico, é o determinante do meio das relações regionais. A divergência e a hierarquia dos municípios nas regiões demonstram que as aglomerações estão inter-relacionadas (LIMA, 2006; ALVES *et al.*, 2007).

Ao analisar o processo de desenvolvimento econômico percebe-se que este altera as condições estruturais e de equilíbrio entre as aglomerações por meio das mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis socioeconômicas. Este processo aumenta a produção em relação à população, isto é, os bens *per capita*, melhorando a qualidade dos produtos, serviços e a convergência da renda das pessoas (TREVISAN; FERRERA DE LIMA, 2010). A convergência, porém, também pode ocorrer ao contrário, ou seja, uma convergência à pobreza, quando as taxas caem de maneira generalizada convergindo para a região mais estagnada ou menos dinâmica na macrorregião.

Desta forma, as aglomerações urbanas são heterogêneas, com dinâmicas diferentes, posição espacial relativa, função, hierarquia, entre outros fatores. O seu entorno de crescimento, todavia, pode formar um centro urbano mais aglomerativo, com a expansão da periferia. Este é o raciocínio da teoria da centralidade de Walter Christaller, que aponta a concentração urbana como resultado das atividades que apresentam uma grande escala de produção de bens ou serviços. Sendo assim, a hegemonia urbana é compreendida como “lugares centrais”, organizados em redes que distribuem ou captam bens e serviços do seu entorno (CAVALCANTE, 2008; ALVES, 2016).

A centralidade exhibe a organização e a hierarquização do espaço, demonstrando como constitui-se a rede de cidades e a sua especialização. A especialização influencia o crescimento e o desenvolvimento de um centro ou da centralidade, assim, quanto maior for a influência de uma aglomeração maior será a sua polarização. Considera-se que a polarização é predominantemente influenciada pela densidade (CHRISTALLER, 1966; STRASSBURG; FERRERA DE LIMA; OLIVEIRA, 2014).

A densidade é um elemento significativo para o avanço dos lugares centrais ou polos, podendo estar relacionada à população, ao nível de renda e ao número de atividade de produção, principalmente do terceiro setor (STRASSBURG; FERRERA DE LIMA; OLIVEIRA, 2014). Por isso, a origem das aglomerações está ligada à “centralidade inicial”, que é desencadeada na conquista dos territórios, ao posicionamento das aglomerações ao longo da bacia de recursos naturais e suas zonas de extração, e à ruptura estrutural, que são processos de desenvolvi-

to econômico que ocorrem no espaço econômico, em especial na periferia, mesmo quando há uma intensa polarização (SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014).

Entende-se que as aglomerações periféricas podem ser fortalecidas mediante a ruptura estrutural, mesmo quando o local não possui extração considerável de recursos naturais ou uma localização privilegiada, avançando no processo de desenvolvimento econômico de forma endógena. Para isso acontecer, no entanto, algumas mudanças precisam ser realizadas em relação à divisão social do trabalho, ou seja, migrar de uma economia regional especificamente primária exportadora para uma estrutura que possui uma maior participação de atividades urbanas, podendo ser relacionadas às atividades de transformação ou de serviços (SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014).

O recente avanço da teoria do desenvolvimento regional tem ocasionado novas atribuições ao processo de ruptura estrutural, como o papel da relevância do Estado e de suas políticas de desenvolvimento. Em geral, os governos nacionais e subnacionais intervêm no território por meio de incentivos, com o objetivo de influenciar a localização de empresas e de novos investimentos na região (LIMA, 2006; MALAGI; MARINI, 2018).

As políticas públicas e a atuação dos governos são caracterizadas como desenvolvimento exógeno, de cunho externo. Para a atuação dos governos serem significativas no desenvolvimento de suas regiões, estes precisam saber conduzir e estimular o processo, sendo capazes de criar sinergia mediante a união dos agentes individuais. Já o desenvolvimento endógeno é proveniente da própria região, por meio de um cenário interno/local, ou seja, pela base. Isso implica aproveitar todas as potencialidades do território, mesmo com suas contradições produtivas (PIACENTI, 2016; JOYAL, 2019; SAQUET, 2019; CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019).

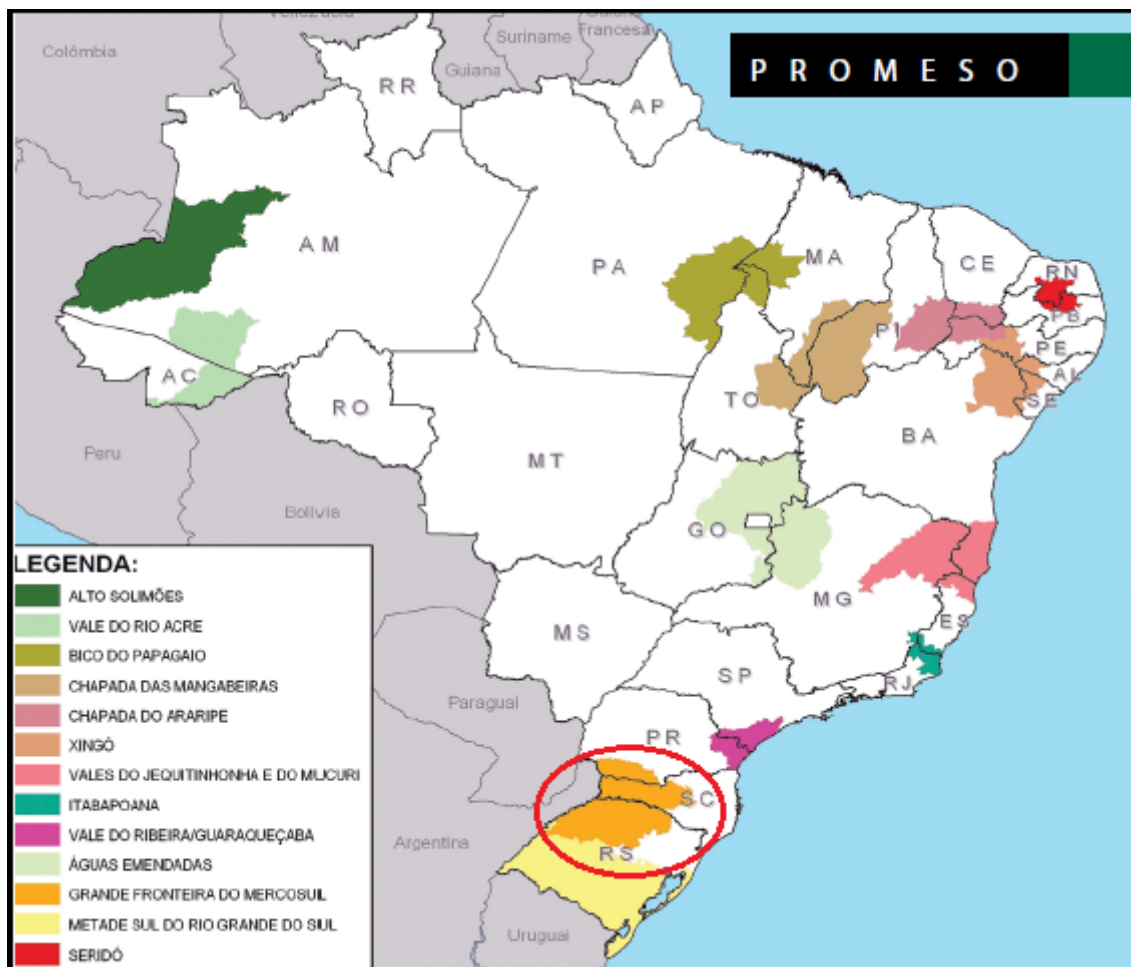
Em suma, o desenvolvimento regional ocorre por meio das aglomerações presentes nas regiões. Essas aglomerações constituem os polos de crescimento ou de desenvolvimento, evidenciando a centralidade, ou seja, a relação existente entre os centros e as regiões periféricas. Diante disso, as forças espaciais do polo podem exercer efeitos de atração ou dispersão, influenciando as desigualdades regionais. É importante ressaltar que as rupturas estruturais de forma endógena auxiliam no fortalecimento das aglomerações. A atuação do Estado e dos atores locais, entretanto, também contribui para o melhor desenvolvimento da qualidade de vida nas aglomerações urbanas.

ÁREA DE ESTUDO E FONTE DE DADOS

Nesta seção é apresentada a área de estudo, a base de dados usada no estudo da Mesorregião GFM e os indicadores operacionalizados (Centralidade e Disparidade Regional).

Na área de estudo – a Mesorregião GFM –, conforme o Anexo I da Portaria nº 954, de 24 de novembro de 2010, o Estado do Paraná contém 42 municípios, o de Santa Catarina contempla 131 municípios e o Estado do Rio Grande do Sul possui 223 (BRASIL, 2010). A Figura 1 apresenta as Mesorregiões Diferenciadas Brasileiras, sendo destacada a localização da Mesorregião Diferenciada GFM.

Figura 1 – Mesorregiões Diferenciadas Brasileiras – 2007



Fonte: Adaptado de Secretaria de Programas Regionais (SPR, 2007).

Em 2016 a população da Mesorregião contava com aproximadamente 4.084.856 habitantes, com o Produto Interno Bruto (PIB) total a preços constantes de 2016 em R\$ 157.835.436,36 e o PIB *per capita* a preços constantes de 2016 em R\$ 38.640,00, bem como a média do IFDM Geral em torno de 0,74 (FIRJAN, 2020; IBGE, 2020a; IPEA, 2020a, 2020b).

A análise da dinâmica do crescimento econômico dos municípios que compõem a Mesorregião GFM foi realizada por meio da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao PIB de todos os municípios brasileiros, utilizando a série *retropolada*⁴ (metodologia atualizada pelo IBGE em 2010) do período de 2005 e 2016. A escolha do período se deu devido à disponibilidade dos dados, ao período de existência do Promeso e da fase de crescimento econômico acentuado na economia brasileira, que se esgotou em 2016. Em seguida, realizou-se a coleta para os 396 municípios que pertencem à Mesorregião (IBGE, 2020b).

⁴ O objetivo da retropolação é regular ao novo ano de referência os valores das séries antigas, fazendo com que, no decorrer do tempo, as séries apresentem valores semelhantes (IBGE, 2016).

Para retirar o efeito da inflação do PIB, os dados foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), permanecendo todos com os preços no ano base de 2005. O PIB setorial a preços correntes exclui qualquer imposto e custo de transporte faturado separadamente, e inclui qualquer subsídio sobre o produto (IBGE, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e; IPEA, 2020a). Segundo a divisão do IBGE, o setor primário contempla a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a agricultura; o setor secundário integra o setor industrial; e o setor terciário compreende as atividades associadas ao comércio e à prestação de serviços (SEBRAE, 2010).

A população residente na Mesorregião GFM foi obtida por meio da base de dados do IBGE, e a população do Brasil foi extraída pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IBGE, 2020a; IPEA, 2020b). A escolha do período se deu em razão da disponibilidade de dados disponíveis para todos os indicadores.

Para verificar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião GFM observou-se o comportamento do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que está disponível no *site* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Foi realizada a coleta do IFDM Geral referente ao período de 2005 e 2016. O IFDM é embasado em estatísticas públicas oficiais, sendo disposto pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2020).

O IFDM tem por objetivo avaliar o desempenho de cada município, com o intuito de evidenciar como está o alcance do desenvolvimento econômico em determinados locais. É por meio dos indicadores de três dimensões (saúde, educação e emprego/renda) que os resultados são analisados. Os resultados são expressos de zero a 1. Os municípios que possuem resultados abaixo de 0,4 pontos estão em desenvolvimento baixo; resultado entre 0,4 e 0,6 pontos desenvolvimento regular; resultados entre 0,6 e 0,8 pontos desenvolvimento moderado; em resultados acima de 0,8 pontos o desenvolvimento é alto (FIRJAN, 2020).

A dimensão educacional do IFDM foi estimada a partir dos seguintes dados: atendimento à educação infantil; abandono no Ensino Fundamental; distorção idade-série no Ensino Fundamental; docentes com Ensino Superior no Ensino Fundamental; média de horas-aula diárias no Ensino Fundamental; e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental (FIRJAN, 2018).

O foco do IFDM da saúde é sobre a atenção básica, com os seguintes dados: proporção de atendimento adequado de pré-natal; óbitos por causas mal definidas; óbitos infantis por causas evitáveis; e internação sensível à atenção básica (ISAB) (FIRJAN, 2018). Já na dimensão emprego & renda os dados utilizados são: geração de emprego formal; taxa de formalização do mercado de trabalho; geração de renda; massa salarial real no mercado de trabalho formal; e Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal (FIRJAN, 2018).

Os resultados foram averiguados por meio da análise dos dados. A dinâmica populacional compreendeu a análise da população dos municípios que compõem a Mesorregião. Assim, foi possível relacionar a população e o PIB ao longo do tempo, constatando o desempenho na produtividade. Por fim, os dados do IFDM indicam o perfil do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião GFM, bem como a comparação do desenvolvimento entre os municípios.

INDICADORES DE CENTRALIDADE (IC) E DE DISPARIDADE REGIONAL (ID)

Para o tratamento das informações usou-se os Indicadores de Centralidade (IC) e Disparidade Regional (ID). O Indicador de Centralidade (IC) foi construído baseado em Christaller (1966). No Brasil, os estudos de Strassburg, Ferrera de Lima e Oliveira (2014), Ferrera de Lima e Bidarra (2019) e Oliveira e Ferrera de Lima (2021), usaram essa abordagem para outras regiões do Brasil ou municípios. Para a estimativa do IC intrarregional usou-se a população do município (e do total da Mesorregião), ponderado pelo PIB urbano (setores secundário e terciário) para o período de 2005 e 2016, haja vista que a centralidade e a polarização, conforme mencionado na revisão de literatura, se dá pelo fortalecimento das atividades urbanas. O PIB urbano evidencia a concentração urbana das atividades produtivas de grande escala (bens e serviços), uma vez que a produção urbana é organizada em redes, distribuindo bens e serviços aos municípios e às regiões localizadas no entorno do lugar central. O IC foi estimado conforme equação (1).

$$IC_{m_me} = \left(\frac{PIB_{u_m}}{P_m} \right) \times \left(\frac{PIB_{t_m}}{P_{me}} \right) \quad (1)$$

Correspondendo:

IC_{m_me} : IC em relação à população da Mesorregião;

PIB_{u_m} : PIB urbano (setor secundário e terciário) do município;

PIB_{t_m} : PIB total do município;

P_m : população do município;

P_{me} : população da Mesorregião.

Para construir o IC inter-regional da Mesorregião utilizou-se a população do município em relação à população total do Brasil, ponderando pelo PIB urbano (setores secundário e terciário) para o período de 2005 e 2016.

O IC foi originalmente criado por Christaller (1966) e mensura o grau de concentração dos setores secundário e terciário sobre os municípios. Para interpretar a dinâmica dos municípios no período estudado, os coeficientes na equação 1 foram classificados, conforme o estudo de Christaller (1966), em baixo (até 1,99), mediano (de 2,0 a 4,99) e alto (superior a 5,00) grau de centralidade. Dessa forma, a categorização usada neste estudo contempla o *ranking* dos dez municípios que apontaram os melhores e mais baixos resultados no período.

A análise deste indicador tem a finalidade de mensurar o grau de concentração das atividades econômicas urbanas nos municípios da Mesorregião estudada, presumindo que o crescimento econômico e/ou populacional está associado ao aumento da dinâmica da centralidade urbana e seu grau de influência no entorno regional (FERRERA DE LIMA; BIDARRA, 2019).

O Indicador de Disparidade Regional (ID) usado neste estudo foi adaptado por Oliveira e Ferrera de Lima (2021), Mantovani *et al.* (2020) e Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), do estudo original de Houard e Marfouk (2000), que analisaram a convergência do desenvolvimento regional nos países que compõem a União Europeia. Para Trevisan e Ferrera de Lima (2010), o processo de convergência constitui uma tendência à aproximação no desenvolvimento dos municípios ou regiões, o que seria uma convergência virtuosa. Para haver a convergência virtuosa é preciso que os municípios mais pobres cresçam a taxas superiores em relação aos municípios mais ricos, aproximando seus níveis de desenvolvimento ao longo do tempo.

No escopo desta pesquisa, a maior convergência significa mais homogeneidade em termos de desenvolvimento econômico entre os municípios que compõem a região.

O ID varia de zero até a unidade (1) e foi estimado com o IFDM Geral (equação 2). Quanto maior for o resultado do ID, melhor a situação do município, apontando a convergência ao IFDM do município com a melhor *performance* na Mesorregião. Com esses dados, tem-se a convergência em termos de desenvolvimento socioeconômico. Para compor o ID intrarregional aplicou-se:

$$ID = (X_i - X_{min j}) / (X_{max j} - X_{min j}) \quad (2)$$

Sendo:

X: é a variável IFDM Geral do município *i* da Mesorregião a ser estudada;

X_{min}: é a menor variável do IFDM Geral na Mesorregião *j*;

X_{max}: é a maior variável IFDM Geral na Mesorregião *j*.

Para elaborar o ID inter-regional, substituiu-se a menor e a maior variável do IFDM Geral verificada na Mesorregião *j* pela verificada no Brasil.

Em conformidade com o resultado do ID para cada município em um determinado ano, usou-se como parâmetro a classificação proposta por Oliveira e Ferrera de Lima (2021), Mantovani *et al.* (2020) e Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen (2017), qual seja: convergente ao mais dinâmico para valores >0,30; tendendo à convergência para valores entre 0,19 e 0,29; e divergente do mais dinâmico ou estagnado para valores <0,18.

Os resultados do IC e do ID foram exibidos por meio de tabela e das análises intra e inter-regional. A centralidade e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada GFM foram exibidos separadamente.

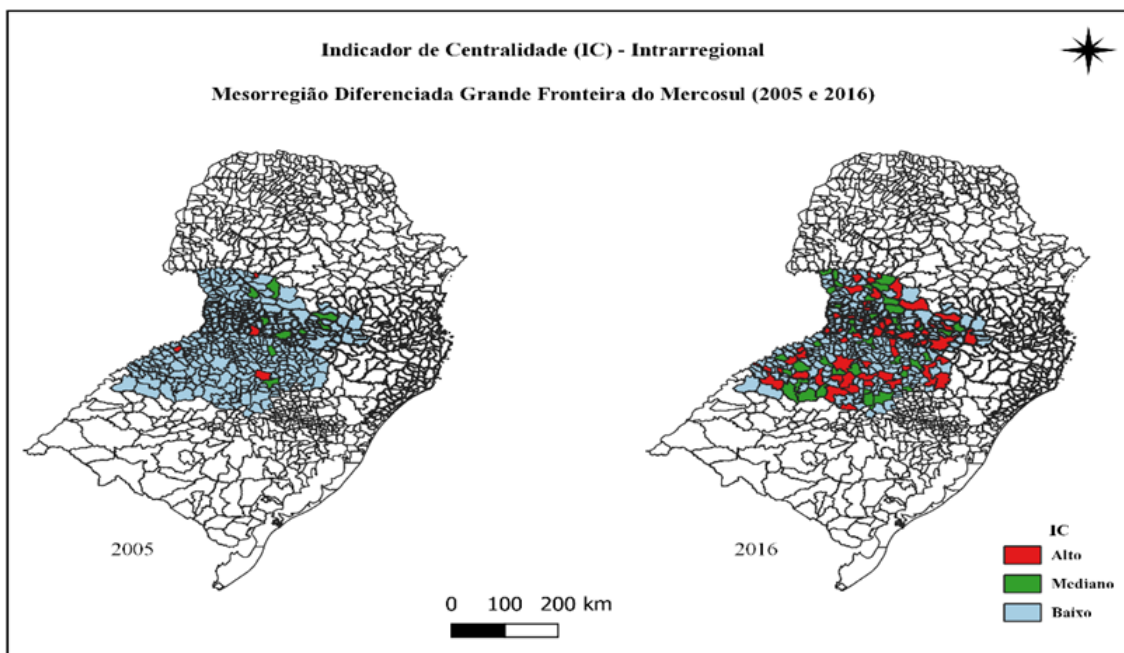
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência serão apresentados os resultados da pesquisa, em especial da estimativa dos indicadores. Os resultados dos indicadores serão complementados com análises e referências.

A centralidade dos municípios da mesorregião diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM)

Os resultados do Indicador de Centralidade (IC) intrarregional (2005 e 2016) da Mesorregião GFM são exibidos na Figura 2.

Figura 2 – Mesorregião Diferenciada GFM: IC intrarregional dos municípios – 2005 e 2016



Fonte: Resultados da pesquisa com os dados do IBGE (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e) e IPEA (2020a, 2020b).

Na Figura 2 observou-se que os municípios da região aumentaram a sua força de atração entre os anos de 2005 e 2016. Ainda há, no entanto, um significativo número de municípios com o IC baixo, principalmente no Vale do rio Uruguai, demonstrando que o processo de crescimento mais acelerado foi concentrado no espaço nessa área. No comparativo da Mesorregião GFM com o Brasil, Passo Fundo (RS), Chapecó (SC) e Erechim (RS) mantiveram e fortaleceram suas posições ao longo do tempo. Isso demonstrou que a polarização na Mesorregião foi significativa mesmo em relação à média do desempenho dos municípios brasileiros. Ou seja, em termos de PIB urbano, a Mesorregião GFM, no seu conjunto, é dinâmica, mas apresenta forte polarização e centralidade regional. Ou seja, os dados demonstraram a força de atração da Mesorregião em relação aos municípios do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina e Paraná, principalmente dos municípios de Passo Fundo (RS), Erechim (SC) e Chapecó (SC), que apresentam uma ligação forte com a atividade econômica urbano-industrial. Sendo assim, nessa região o potencial de efeito multiplicador na geração de emprego evidencia a presença da força centrípeta, posto que a centralidade urbana existente está associada à aglomeração de pessoas nos polos, sendo consequência de sua dinâmica econômica.

Para fins de uma melhor visualização, foi verificado o grau de centralidade analisando-se os dez municípios com os melhores e mais baixos resultados, tendo como base de comparação a população total da Mesorregião por meio da análise intrarregional (Tabela 1), e em relação ao Brasil mediante análise inter-regional. Esse recorte foi utilizado haja vista que são centenas de municípios.

Tabela 1 – Mesorregião Diferenciada GFM: IC dos dez municípios selecionados com os melhores desempenhos – 2005 e 2016 (intrarregional)

Ranking	Município	IC (2005)	Município	IC (2016)
1º	Saudade do Iguaçu (PR)	15,88	Passo Fundo (RS)	80,50
2º	Horizontina (RS)	11,44	Chapecó (SC)	75,65
3º	Chapecó (SC)	6,77	Erechim (RS)	42,98
4º	Passo Fundo (RS)	5,71	Mangueirinha (PR)	39,21
5º	Erechim (RS)	4,33	Piratuba (SC)	35,45
6º	Caçador (SC)	3,26	Aratiba (RS)	34,51
7º	Joaçaba (SC)	3,21	Cruz Alta (RS)	31,90
8º	Videira (SC)	3,13	Pato Branco (PR)	30,87
9º	Marau (RS)	2,88	Saudade do Iguaçu (PR)	30,61
10º	Concórdia (SC)	2,58	Ijuí (RS)	25,85

Fonte: Resultados da pesquisa com os dados do IBGE (2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e) e IPEA (2020a, 2020b).

De acordo com a Tabela 1, o IC intrarregional estimado para o ano de 2005 demonstrou grau de concentração alto em termos de PIB urbano para os municípios de Saudade do Iguaçu (PR), Horizontina (RS), Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS). Os municípios com concentração mediana foram: Erechim (RS), Caçador (SC), Joaçaba (SC), Videira (SC), Marau (RS) e Concórdia (SC). Nesse cenário, os municípios que exibem o indicador de centralidade alto refletem maior dinâmica na economia urbana e atração, com exceção de Saudade do Iguaçu (PR), cujo PIB e atividades urbanas se fortaleceram com a localização de uma Usina Hidroelétrica, mas em termos de população a sua atratividade é muito baixa.

Para o ano de 2016 todos os municípios da Mesorregião apresentaram grau de concentração alto em relação ao IC intrarregional, mostrando que nesses municípios ocorreu o fortalecimento das atividades produtivas urbanas, indiferente à atratividade dos polos regionais. Os municípios que se destacaram foram: Passo Fundo (RS), Chapecó (SC), Erechim (RS), Mangueirinha (PR), Piratuba (SC), Aratiba (RS), Cruz Alta (RS), Pato Branco (PR), Saudade do Iguaçu (PR) e Ijuí (RS). Comparando o período de 2005 e 2016, observou-se que apenas os municípios de Saudade do Iguaçu (PR), Chapecó (SC), Passo Fundo (RS) e Erechim (RS) permaneceram entre os dez municípios com os melhores índices. Dada a concentração de população, os municípios de Chapecó (SC), Passo Fundo (RS) e Erechim (RS) são os centros polarizadores regionais, possuindo um grau elevado de concentração. Eles também ampliaram posições no *ranking* (2005-2016), destacando-se Passo Fundo (RS), que passou da 4ª posição para a 1ª posição em 2016. De acordo com a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (Seplan) (2015d), Passo Fundo (RS) é a capital regional do Norte do Rio Grande do Sul (RS) e polariza municípios relevantes ao seu redor, como Carazinho (RS), Marau (RS), Casca (RS), Frederico Westphalen (RS), Palmeira das Missões (RS), Erechim (RS), Lagoa Vermelha (RS) e Soledade (RS). Os municípios de Carazinho (RS) e Marau (RS) são denominados como centros sub-regionais, enquanto Casca (RS) é classificado como centro de zona, polarizando, também, municípios ao redor.

Em Cruz Alta (RS) o segmento de maior relevância foi o de máquinas e implementos agrícolas, exercendo influências sobre Pejuçara (RS), Condor (RS), Panambi (RS) e Tupanciretã

(RS). O município de Aratiba (RS) teve relevância no setor agropecuário, além de possuir a segunda maior posição no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Estado do RS e a primeira posição na apropriação e geração de renda. Já Ijuí (RS) está ligada a Porto Alegre (RS), polarizando ao seu redor os pequenos centros locais, como Santo Ângelo (RS), Três Passos (RS), Tenente Portela (RS) e Santo Augusto (RS) (SEPLAN, 2015a, 2015b, 2015c).

Com relação aos municípios do Estado de Santa Catarina (SC), a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015) mostrou que Chapecó (SC) possui uma economia agroindustrial e a indústria de base tecnológica começa a avançar. O município de Chapecó (SC) é o maior do Oeste catarinense. Por sua vez, o município de Piratuba (SC) tem o setor de serviços como a base da economia, impulsionado pelo Parque Termal de Piratuba, além da Usina Hidrelétrica de Machadinho, que faz divisa com o município (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007; SEBRAE, 2019b).

Os municípios de Saudade do Iguaçu (PR), Pato Branco (PR) e Mangueirinha (PR) estão localizados no Sudoeste do Paraná. O município de Saudade do Iguaçu possui o PIB *per capita* mais alto da região em virtude da Usina Hidroelétrica de Salto Santiago. Já o município de Pato Branco é o maior centralizador do PIB no Sudoeste e Mangueirinha exibe um alto PIB *per capita* em razão de suas reservas de araucárias, florestas naturais e reflorestamentos extrativos (TREVISAN; FERRERA DE LIMA, 2010; PERIN; FERRERA DE LIMA, 2019). Segundo o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR, 2016), o Sudoeste do Paraná conta com 13 instituições de Ensino Superior privadas e 5 públicas (3 federais e 2 estaduais), que se localizam nos municípios de Mangueirinha, Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Chopinzinho, Clevelândia, Realeza, Ampére, Barracão e Palmas.

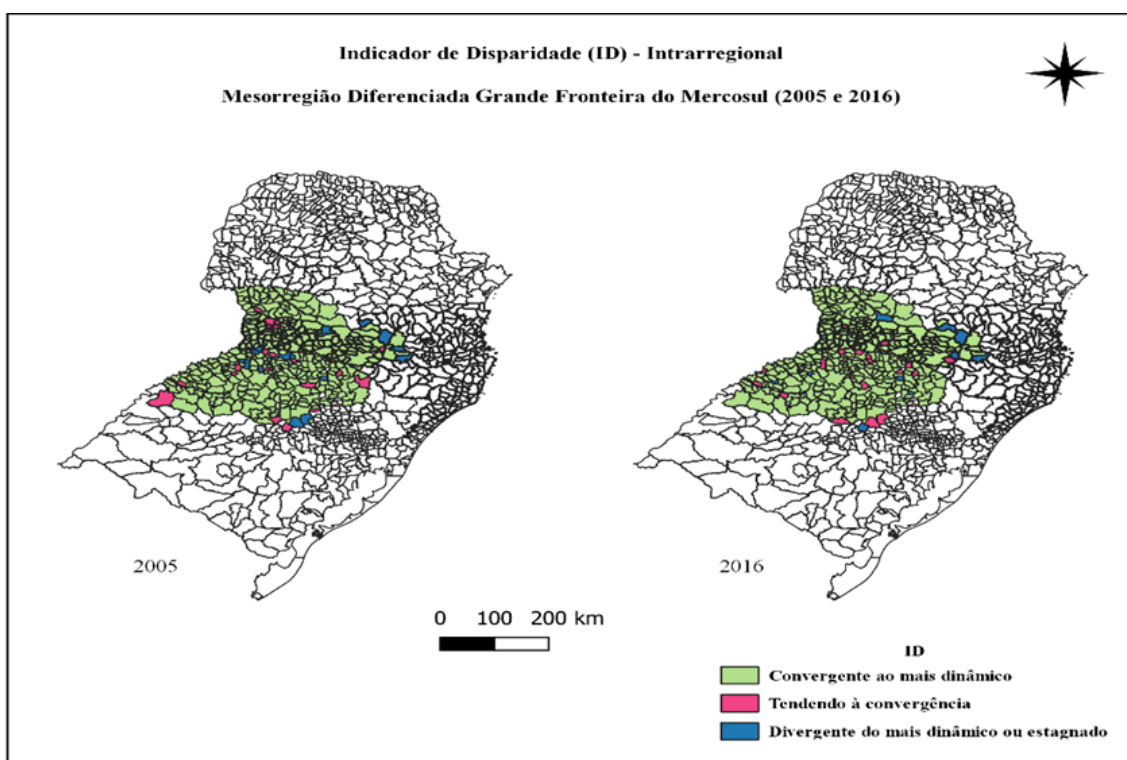
Conforme resultados da pesquisa, no ano de 2005 o município de Saudade do Iguaçu (PR) obteve indicador com alto grau de concentração em PIB *per capita* urbano, ocupando a 1ª posição no *ranking*. Em 2016, porém, esse município permaneceu exibindo alto grau de concentração, mas passou para a 9ª posição no *ranking*. Chapecó (SC), no ano de 2016, subiu uma posição no *ranking*, ficando como 2ª colocada. Em 2016 o município de Passo Fundo (RS) atingiu a 1ª posição no *ranking* do IC (80,51). Erechim (RS) também reposicionou-se no *ranking*, passando da 5ª posição em 2005 para a 3ª posição em 2016. Esses resultados evidenciam que os municípios mais populosos presentes no *ranking* de 2016 fortaleceram sua polarização em relação ao seu entorno. Ressalta-se que os dez municípios presentes no *ranking* possuem um PIB urbano significativo em relação aos demais.

Em 2005 os resultados mais frágeis do IC foram predominantes nos municípios na área do Rio Grande do Sul, quais sejam: Benjamin Constant do Sul, Lajeado do Bugre, Carlos Gomes, Porto Vera Cruz, Gramado dos Loureiros, Dezesseis de Novembro, Sagrada Família, Cerro Grande e São Pedro das Missões; e no município de Tigrinhos no Estado de Santa Catarina. No ano de 2016 observou-se que os piores resultados se concentraram em sete municípios do Rio Grande do Sul: Benjamin Constant, Porto Vera Cruz, Dezesseis de Novembro, Barra do Guarita, Carlos Gomes, Itapuca e Gramado dos Loureiros; dois municípios de Santa Catarina: São Miguel da Boa Vista e Barra Bonita; e em um município do Paraná: Pinhal de São Bento. Tais dados evidenciam que estes municípios não conseguiram fortalecer suas economias urbanas e são fortemente polarizados por municípios do seu entorno.

O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da mesorregião diferenciada Grande Fronteira do Mercosul (GFM)

Os municípios buscam mudanças qualitativas em geral, exibindo como um dos principais desafios gerar o desenvolvimento socioeconômico, seja por meio do crescimento da renda ou da melhoria no desenvolvimento humano e da melhora substancial nas condições da população de bem-estar (MANTOVANI *et al.*, 2020). Nesse sentido, para examinar o desenvolvimento socioeconômico foi verificada a disparidade dos municípios mediante a análise da Mesorregião (intrarregional) e do Brasil (inter-regional). A Figura 3 apresenta os resultados do ID intrarregional (2005 e 2016) da Mesorregião.

Figura 3 – Mesorregião Diferenciada GFM: ID intrarregional dos municípios – 2005 e 2016



Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da Firjan (2020).

Ao se observar a Figura 3 observa-se que, em sua totalidade, a GFM dispõe de bons resultados acerca da convergência do IFDM Geral ao município mais dinâmico, apresentando uma melhora no comparativo entre os anos de 2005 e 2016. Essa tendência à homogeneidade no desenvolvimento socioeconômico se deu, principalmente, pelo desempenho dos indicadores de saúde e educação básica. A variável emprego & renda continua a mais frágil na maioria dos municípios. Em regiões, contudo, que não dispõem de bons resultados acerca das atividades produtivas, qualidade de vida e renda, o Estado pode influir por meio de políticas públicas a fim de melhorar o desenvolvimento regional. No ponto de vista de Lima (2006), a atuação da política pública em regiões atrasadas para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico, deve ser realizada mediante o fortalecimento do potencial endógeno, ou seja, da mobilização da comunidade local e do estímulo ao empreendedorismo, que é o foco do Promeso.

Para facilitar a visualização dos resultados do ID Regional pelo IFDM Geral, foram selecionados os dez municípios que obtiveram os melhores e mais baixos resultados nos anos de 2005 e 2016. Por meio da análise intrarregional, verificou-se que no ano de 2005 os dez municípios examinados estão convergentes ao IFDM Geral do município mais dinâmico da Mesorregião (Tabela 2).

Tabela 2 – Mesorregião Diferenciada GFM: ID do IFDM Geral dos dez municípios selecionados com os melhores desempenhos – 2005 e 2016 (intrarregional)

Ranking	Município	ID (2005)	Município	ID (2016)
1º	Francisco Beltrão (PR)	1,00	Concórdia (SC)	1,00
2º	Marau (RS)	0,98	Pato Branco (PR)	0,99
3º	Videira (SC)	0,98	Chapecó (SC)	0,97
4º	Maravilha (SC)	0,95	Joaçaba (SC)	0,94
5º	Joaçaba (SC)	0,94	Santa Rosa (RS)	0,92
6º	Concórdia (SC)	0,93	Francisco Beltrão (PR)	0,90
7º	Horizontina (RS)	0,92	São Lourenço do Oeste (SC)	0,90
8º	Panambi (RS)	0,92	Ijuí (RS)	0,90
9º	Itapiranga (SC)	0,90	Frederico Westphalen (RS)	0,90
10º	Xanxerê (SC)	0,89	Casca (RS)	0,90

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados da Firjan (2020).

Em 2005 e 2016 os dados da Tabela 2 revelaram que todos os municípios selecionados de ambos os anos obtiveram indicadores superiores a 0,30, demonstrando que o IFDM Geral dos dez municípios examinados está convergente ao IFDM Geral do município mais dinâmico da Mesorregião. No período de 2016 todos os municípios da Mesorregião exibiram um resultado convergente com IFDM Geral acima de 0,30. Ao relacionar os anos de 2005 e 2016, observou-se que apenas os municípios de Concórdia (SC), Joaçaba (SC) e Francisco Beltrão (PR) estão presentes em ambos os períodos, evidenciando a sua dinâmica de convergência socioeconômica. Com relação a Concórdia (SC), Marchesan, Bernardo e Bazzanella (2017) enfatizaram que o município é sede do Grupo BRF (*Brasil Foods*) e se destaca nas atividades econômicas voltadas à agricultura familiar, indústria e serviços. Com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a 0,849, o município ocupou as posições 11º em Santa Catarina e a 32º no Brasil em qualidade de vida. Estes resultados são decorrentes do intenso processo de urbanização e melhoria nos indicadores de capital humano pelo qual o município passou nos últimos anos, todavia esse processo não corrigiu falhas no saneamento básico, ocupação imprópria do solo, mobilidade urbana e aumento no uso de agrotóxicos.

Já Joaçaba (SC) possui um parque industrial diversificado, sendo considerada a maior cidade e polo econômico do Meio-Oeste da Mesorregião. Com relação à economia do município, entre os anos de 2011 e 2016 o PIB cresceu aproximadamente 40% em termos nominais, e o PIB *per capita* aumentou em torno de 30% no mesmo período. O IDH médio do município foi de 0,827, superior ao IDH médio de 0,774 do Estado de Santa Catarina, que ocupa a 3ª posição no *ranking* nacional (SEBRAE, 2019a). A respeito do município de Francisco Beltrão (PR), Giraldeello *et al.* (2013) e Casaril (2019) argumentam que na microrregião há agroindústrias familiares que

contribuem para uma maior interação entre o rural e o urbano, além de o município dispor de universidades públicas que colaboram no desenvolvimento econômico regional.

Dentre os 396 municípios localizados na Mesorregião, em 2005 os dez municípios com os melhores resultados no ID foram: Francisco Beltrão (PR), Marau (RS), Videira (SC), Maravilha (SC), Joaçaba (SC), Concórdia (SC), Horizontina (RS), Panambi (RS), Itapiranga (SC) e Xanxerê (SC). A 1ª posição do *ranking* foi ocupada pelo município de Francisco Beltrão (PR), todavia a última colocação foi do município de Xanxerê (SC). Ao observar o ano de 2016, foram ressaltados nos resultados do ID os municípios de Concórdia (SC), Pato Branco (PR), Chapecó (SC), Joaçaba (SC), Santa Rosa (RS), Francisco Beltrão (PR), São Lourenço do Oeste (SC), Ijuí (RS), Frederico Westphalen (RS) e Casca (RS), entre os dez melhores classificados. Neste período, é notório que Concórdia (SC) e Casca (RS) ocuparam a 1ª e 10ª colocação no *ranking*, respectivamente.

Relacionando o período de 2005 e 2016, percebeu-se que o município de Francisco Beltrão (PR), que ocupava a 1ª posição em 2005, passou para a 6ª posição em 2016, com redução do indicador em 10%, entretanto manteve-se em uma situação boa, permanecendo “convergente ao mais dinâmico”. Os municípios de Joaçaba (SC) e Concórdia (SC) aumentaram a posição no *ranking* no período de 2005 e 2016, passando de 5ª e 6ª posição para 4ª e 1ª posição, respectivamente. Nota-se que o município de Joaçaba (SC), mesmo atingindo uma melhor posição em 2016, manteve-se com o mesmo resultado do indicador de 2005 de 0,94. A ênfase foi para Concórdia (SC), que apresentou um aumento no indicador de 7% no período, sendo considerado o município mais dinâmico em termos de desenvolvimento municipal na Mesorregião em 2016. Esses resultados indicaram que os municípios que ocupam as dez primeiras colocações no *ranking* em 2016 possuem uma dinâmica convergente à renda urbana, posto que, no período, apenas os municípios de São Lourenço do Oeste (SC), Frederico Westphalen (RS) e Casca (RS) exibiram um PIB urbano mediano, os demais municípios do *ranking* apresentaram um PIB urbano elevado. Esses municípios possuem aglomerados urbanos, com a presença de polos de desenvolvimento, como exemplo Chapecó (SC); municípios polarizados, como observado em Ijuí (RS) e Frederico Westphalen (RS); e como Casca (RS), que é periferia de Passo Fundo (RS) e, ao mesmo tempo, influencia municípios no seu entorno.

Os dez municípios com resultados mais baixos no ID intrarregional no período apresentaram indicadores <0,18. O IFDM Geral desses municípios foi divergente em relação aos municípios com desenvolvimento socioeconômico na região. No ano de 2005 foram os municípios: Redentora (RS), Faxinalzinho (RS), Boa Vista das Missões (RS), Barros Cassal (RS), Passos Maia (SC), Charrua (RS), Matos Costa (SC), Novo Tiradentes (RS), Lebon Régis (SC) e Ponte Alta do Norte (SC); já no ano de 2016 constam os municípios de São Valério do Sul (RS), Charrua (RS), Calmon (SC), Ubiretama (RS), Muliterno (RS), Clevelândia (PR), Brunópolis (SC), Lebon Régis (SC), Lagoão (RS) e Ponte Alta (SC). Os municípios de Charrua (RS) e Lebon Régis (SC) foram os únicos presentes nos dois períodos. Os resultados mostraram que esses municípios estão distantes em termos de desenvolvimento socioeconômico do conjunto da Mesorregião e, em especial, dos municípios com mais desenvolvimento.

Os resultados da análise inter-regional do ID no período de 2005 e 2016, com resultados >0,30, demonstrou que todos os municípios apresentaram uma dinâmica convergente em relação ao Brasil, apresentando resultados socioeconômicos significativos quando comparados à esfera nacional. Ao comparar a análise do ID pela ótica intrarregional e inter-regional, em ambos os períodos verificou-se que os municípios presentes na análise intrarregional constam

na análise inter-regional, mantendo as suas respectivas posições no *ranking*. Acerca da análise inter-regional, observou-se que houve um resultado inferior dos municípios, mas isto não influencia sua classificação de convergência dinâmica.

O desenvolvimento econômico traz mudanças significativas para os aglomerados urbanos, tornando as regiões mais dinâmicas e com bons resultados nas atividades socioeconômicas, refletindo em uma melhor qualidade de vida e de renda à população. Em consonância com Rippel (2016b), para ocorrer o desenvolvimento econômico é preciso ter um crescimento do produto *per capita* de modo sustentável, além de alterações na estrutura produtiva, nas condições de vida e na atratividade da população.

Em suma, os resultados realçam que os municípios estudados apresentaram, em seu conjunto, uma dinâmica socioeconômica, mas de forma diferenciada. Em particular destacaram-se os municípios de Concórdia (SC), Joaçaba (SC) e Francisco Beltrão (PR). Desse modo, verificou-se que os municípios que obtiveram o ID convergente ao mais dinâmico possuem suas atividades econômicas dinâmicas na indústria e/ou serviços. Alguns destes municípios exibem bons resultados no PIB e IDH, além de apresentar características de polo econômico e aglomerados urbanos.

Nos municípios, no entanto, que não apresentaram desenvolvimento econômico sobre as atividades produtivas, qualidade de vida e renda, o Estado pode intervir por meio de políticas públicas direcionadas à realidade de cada região, entre elas destaca-se o fortalecimento do potencial endógeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada GFM, utilizando como parâmetro o crescimento econômico urbano e o desenvolvimento socioeconômico municipal no período de 2005 e 2016. Por meio deste estudo, esperou-se auxiliar o desenvolvimento regional da Mesorregião, possibilitando mais informações e conhecimentos para as lideranças locais e, na esfera governamental, contribuir com dados que auxiliem na formulação de políticas públicas adequadas à cada região.

Nos procedimentos metodológicos foram estimados o Indicador de Centralidade (IC) e o Indicador de Disparidade Regional (ID), num comparativo intrarregional e inter-regional. O objetivo do IC foi mensurar o grau de concentração das atividades econômicas urbanas nos municípios da Mesorregião, partindo do pressuposto de que o crescimento econômico e/ou populacional está relacionado com a polarização urbana. Por sua vez, o objetivo do ID foi verificar a convergência em termos de desenvolvimento econômico dos municípios da Mesorregião em relação ao desenvolvimento socioeconômico do município mais desenvolvido, usando como parâmetro o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Os resultados mostraram que o grau de centralidade dos municípios de Passo Fundo (RS), Erechim (SC) e Chapecó (SC) foi significativo e exerceu na Mesorregião uma força de atração em virtude de sua dinâmica econômica urbana. Esses municípios apresentaram uma economia com geração de riqueza na atividade econômica urbano-industrial, juntamente com a aglomeração de pessoas. O município de Saudade do Iguazu (PR) trouxe dados significativos, porém seu desempenho está relacionado com a localização de uma Usina Hidroelétrica. Apesar do seu PIB

per capita urbano ser influenciado por essa estrutura de produção de energia, o município não apresenta atratividade em termos de população ou geração de emprego.

Com relação ao ID, os municípios de Concórdia (SC), Joaçaba (SC) e Francisco Beltrão (PR) foram os que apresentaram a maior dinâmica de convergência socioeconômica no período sobre o IFDM Geral, exibindo bons resultados com a qualidade de vida, emprego e renda. Com relação ao objetivo proposto pelo Promeso de estimular o desenvolvimento intrarregional, entretanto, observou-se que este não contemplou os 396 municípios pertencentes à Mesorregião GFM, pois ainda ocorre uma forte polarização na economia urbana. Existem municípios que ainda carecem de desenvolvimento socioeconômico, com relação à renda, qualidade de vida e produtividade, além de não possuírem uma economia urbana fortalecida.

Diante dos resultados apresentados neste texto, evidencia-se a necessidade de o Estado planejar e promover políticas públicas mais adequadas às potencialidades e especificidades da região voltadas aos setores de transformação e de serviços, em especial inovação industrial e turismo, para, assim, fomentar o emprego e a renda, bem como fortalecer as políticas dirigidas à saúde preventiva e à educação tecnológica, a fim de consolidar o desenvolvimento socioeconômico e alcançar uma maior convergência em termos de desenvolvimento humano. Para fins de estudos futuros, sugere-se ampliar a análise do ID incorporando dados do PIB e outras variáveis relacionadas à dinâmica econômica, com a finalidade de tornar mais detalhada a análise de convergência ou não no crescimento econômico dos municípios da Mesorregião GFM.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária (FAAP-PR) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. p. 41-51.
- ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, MG, v. 2, n. 2, p. 25-47, 2007.
- BRASIL. Portaria n. 954, de 24 de novembro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 225, Seção 1, p. 28-30, 25 nov. 2010. Disponível em: http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/fda/arquivos/portaria_mi_954_pndr.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.
- CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator*, Fortaleza, CE, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.
- CASARIL, C. C. Importância das universidades públicas para a economia local e regional: o caso das Unioeste e UTFPR em Francisco Beltrão, PR. *Revista Geosul*, Florianópolis, SC, v. 34, n. 70, p. 286-314, 2019.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, SP, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.
- CREA-PR. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná. 2016. *Desenvolvimento rural*. Estudo Básico de Desenvolvimento Regional (EBDR), v. 4, p. 1-84, 2016. Disponível em: https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/V04_web.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. O planejamento regional no Rio Grande do Sul: algumas observações a partir do Corede Fronteira Oeste. *Informe Gepec*, Toledo, PR, v. 23, edição especial, p. 115-134, 2019.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *Santa Catarina em Dados/Unidade de Política Econômica e Industrial*. Florianópolis: Fiesc, 2015.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. 2018. *IFDM 2018 – Índice Firjan Desenvolvimento Municipal – Ano-Base 2016*. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/>. Acesso em: 24 out. 2020.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. 2020. *Evolução do IFDM Geral – 2005 a 2016*. Disponível em: <https://firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 4 out. 2020.

FERRERA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. p. 15-40.

FERRERA DE LIMA, J.; BIDARRA, B. S. Concentração e desigualdade na Região Metropolitana de Curitiba. *Revista Brasileira de Gestão Urbana – Urbe*, Curitiba, PR, v. 11, p. 1-15, 2019.

FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M.; KLEIN, C. F.; EBERHARDT, P. H. de C. A percepção do desenvolvimento regional na Grande Fronteira do Mercosul. *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, RS, n. 35, p. 133-150, 2012.

GIRALDELLO, F.; STOFFE, J. A.; FERRERA DE LIMA, J.; LAVALL, V. L. A agroindústria familiar na microrregião de Francisco Beltrão (PR). *Revista FAE*, Curitiba, PR, v. 16, n. 1, p. 162-177, 2013.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). *Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants*. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 19-53.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas de População – EstimaPop*: população residente estimada. Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 4 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios*: Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais). Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 24 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios*: Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais). Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 24 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios*: Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (Mil Reais). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2020d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 24 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios*: valor adicionado bruto a preços correntes da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (Mil Reais). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2020e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 24 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas regionais do Brasil*: ano de referência 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Preços – INPC*. 2020a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 8 out. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *População residente – total*. 2020b. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 28 set. 2020.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec – Brasil (1960-2010). *Informe Gepec*, v. 23, edição especial, p. 191-209, 2019.

LIMA, A. E. M. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, RS, a. 24, n. 45, p. 65-90, 2006.

MALAGI, C.; MARINI, M. J. Políticas públicas para a atividade leiteira no município de Pato Branco no Sudoeste do Paraná. *Informe Gepec*, Toledo, PR, v. 22, n. 2, p. 177-193, 2018.

MANTOVANI, G. G.; RUTHS, J. C.; SOUZA, M. P. R. de; FERREIRA, R. L. A.; CARRELAN, R.; MATTEI, T. S.; CAMARGO, W. S. de. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Faixa de Fronteira brasileira. In: FERRERA DE LIMA, J. (org.). *Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil*. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2020. p. 35-113.

MARCHESAN, J.; BERNARDO, E. L.; BAZZANELLA, S. L. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Concórdia (SC): possibilidades para o desenvolvimento local. *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, RS, v. 14, n. 1, p. 41-58, 2017.

MI. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. 2007. *Relatório Anual de Avaliação*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2004_2007_avaliacao2007/vol1t2/07_integracao_nac.pdf. Acesso em: 4 dez. 2020.

NÉSPOLI, R. S.; PIZZATO, R. (org.). *Usina Hidrelétrica Machadinho*: memória técnica. Florianópolis: NPR; UFSC, 2007.

OLIVEIRA, O. F.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento regional diferenciado no Seridó brasileiro. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (Rerut)*, Natal, (RN), v. 10, n. 1, p. 129-150, 2021.

PERIN, N. G.; FERRERA DE LIMA, J. F. População e crescimento econômico do Sudoeste Paranaense de 2004 a 2014. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, v. 15, n. 6, edição especial, p. 39-51, 2019.

PIACENTI, C. A. O desenvolvimento endógeno das regiões. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. p. 122-141.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. Crescimento econômico no Sul do Brasil. *Revista de Economia e Agronegócio (REA)*, Viçosa (MG), v. 15, n. 2, p. 224-249, 2017.

RIPPEL, R. Encadeamentos produtivos e a polarização na economia regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016a. p. 80-88.

RIPPEL, R. População e rede urbana. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016b. p. 53-66.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. *Informe Gepec*, Toledo, PR, v.23, edição especial, p. 25-39, 2019.

SEBRAE. *Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Joaçaba*. 2019a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Joa%C3%A7aba%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SEBRAE. *Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Piratuba*. 2019b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Piratuba-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SEBRAE. *Santa Catarina em Números*. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Regional. *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional*. 2012. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134037-201307301602025-20130401115228texto-de-referencia-cndr.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SPR. Secretaria de Programas Regionais. 2007. Organização, desenvolvimento e sustentabilidade: os projetos que fazem o Brasil dar certo. *Revista Espaço Regional*, a 1, n. 1, 2. ed., jun. 2007. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/acoes-e-programas-sndru/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6116-revista-espaco-regional>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. *Perfil Socioeconômico Corede Alto Jacuí*. 2015a. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134127-20151117100501perfis-regionais-2015-alto-jacui.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. *Perfil Socioeconômico Corede Noroeste Colonial*. 2015b. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103001perfis-regionais-2015-noroeste-colonial.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. 2015c. *Perfil Socioeconômico Corede Norte*. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-norte.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. *Perfil Socioeconômico Corede Produção*. 2015d. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. O conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *Pensamento Plural*, Pelotas, RS, n. 15, p. 133-149, 2014.

STAMM, C.; FERRERA DE LIMA, J.; SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, PR, v. 39, n. 1, p. 33-41, 2017.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a região metropolitana de Curitiba. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, PR, v. 6, n. 2, p. 218-235, 2014.

TREVISAN, E. de S.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento e desigualdade regional no Paraná: um estudo das disparidades de PIB *per capita*. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel, PR, v. 9, n. 16, p. 125-143, 2010.

TREVISOL, J. V. A Pós-Graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 12, n. 28, p. 505-532, 2015.